

POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UMA REFLEXÃO DAS VIVÊNCIAS DO QUILOMBO DO ITAMOARI, NORDESTE PARAENSE

Rosely da Luz Reis (*), Francisca Socorro Peixoto, Tuany Maria Sousa Moura, Camila dos Santos Miranda, Rosimere da Luz Reis

* Instituto Federal do Pará (IFPA), *Campus Bragança*, e-mail: roselyreis91@gmail.com

RESUMO

As populações tradicionais são constituídas de grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, sendo detentores de formas próprias de se organizarem no contexto social (BRASIL, 2007). Deu-se um enfoque especial à comunidade remanescente de quilombolas do Itamoari, a mesma fica localizada no nordeste do Estado do Pará, no município de Cachoeira do Piriá. Tais comunidades são conhecidas por possuírem uma economia predominantemente de subsistência. Neste trabalho, realiza-se, de forma sucinta, um apanhado histórico-social de vivências estabelecidas na comunidade, observando suas relações com o território, a identidade e o meio ambiente. A pesquisa apresenta resultados parciais com uma metodologia que inclui, além da revisão bibliográfica, entrevistas com alguns moradores da região. Verificou-se uma íntima relação com a questão do território e a identidade na construção do seu meio ambiente que se mantém com a agricultura de subsistência, a pesca e o extrativismo. Outro elemento a ser destacado é a resistência na manutenção da sua cultura que se apresenta nas crenças, costumes e rituais locais.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente, Itamoari- PA, populações tradicionais.

INTRODUÇÃO

A definição de populações tradicionais está inserida no Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 da Constituição Brasileira, mais especificamente em seu artigo terceiro, que, de uma forma geral, os caracteriza como constituídos de grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, detentores de formas próprias de se organizarem no contexto social, onde impera a transmissão do conhecimento através da tradição. Assim, esses sujeitos ocupam territórios e recursos naturais como premissa para o seu desenvolvimento econômico, cultural, social e religioso (BRASIL, 2007). Para além dessa vertente legal, a importância das populações tradicionais está diretamente atrelada também a um processo de autoafirmação política e sociocultural ampla, no sentido de se reconhecer como “sujeito” (BARRETO FILHO, 2006), podendo dessa forma participar de uma forma ativa na sociedade pela busca de seus direitos no âmbito tanto local como global:

Estes novos protagonistas, com seus saberes locais, afirmam seus direitos à cultura e ao território – seja quando colocam a biodiversidade como igual ao território + cultura, como sustentam os afrocolombianos do Pacífico Sul; ou quando afirma “não queremos terra, queremos território” e reivindicam seu *bien vivir*, como o fazem os indígenas e camponeses do altiplano Boliviano e do Equador. Quando os seringueiros, as populações ribeirinhas, ou as mulheres quebradeiras de coco de babaçu da Amazônia se territorializam reinventando suas práticas como Reservas Extrativistas, estão valorizando todo o contexto ecológico-sócio cultural que habitam. No caso do México, existem experiências similares (LEFF, 2009, p. 363).

Inseridos nesse arcabouço de populações tradicionais estão comunidades indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco – de – babaçu, comunidades de fundo de pasto, catadoras de mangaba, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, caiçaras, povos de terreiro, praieiros, sertanejos, jangadeiros, pomeranos, açorianos, campeiros, dentre outros.

Essa gama de comunidades não é inserida nesse contexto ao acaso, há uma maneira bem estruturada de executar tal identificação que geralmente leva em consideração duas características essenciais: a primeira é o território como lócus que pode ser usado de forma permanente ou simplesmente temporária, contudo, visando sempre preservar e/ou reproduzir cultura, religião e economia e costumes; já a segunda tem como ponto marcante o desenvolvimento sustentável do supracitado território ocupado, mediante o uso racional e coerente dos recursos disponíveis, preocupando-se em mantê-lo para as atuais e gerações futuras.

No contexto da mesorregião do Nordeste Paraense, os remanescentes quilombolas albergam uma grande parcela da população contando em muitos momentos com a ajuda dos grupos indígenas que, juntos, trazem em sua essência uma rica cultura que é passada de geração a geração, principalmente de forma oral. Em síntese esses quilombos foram formados mediante a transposição de fronteiras, já que durante esse processo tiveram que navegar rios e atravessar florestas (GOMES, 2005: p. 25). Daí desprende-se a notoriedade da transmissão oral, de uma ligação forte com o espaço habitado, uma subsistência que respeita as “regras” benéficas da natureza, o que por consequência revela uma economia “pré-capitalista” vinculada diretamente com a forma de ocupação e uso dos recursos naturais disponíveis (ARRUDA, 1999, p.274; CUNHA, 1989, p. 3; IBAMA, 2008).

Tais comunidades são conhecidas por possuírem uma economia predominantemente de subsistência, no qual o que é produzido é utilizado em prol da sobrevivência dos mesmos, sendo suas atividades apresentadas de uma maneira complexa, uma vez que constituem-se de formas múltiplas de relacionamentos com tais recursos, sendo, portanto, essa gama de práticas que mantêm a reprodução do grupo, possibilitando, em última instância, a construção de uma cultura integrada ao meio ambiente e por consequência a formas adequadas de manejo (CASTRO, 1998, p. 3). Assim é verificada essa simbiose existencial entre as comunidades tradicionais e a natureza, o que formalmente chama – se de dissociabilidade, como uma maneira de reafirmar que são partes integrantes de um sistema que não sobrevive sem uma ação conjunta. É uma maneira de se perpetuar na história já que sua cultura não fica estagnada, mas se faz dinâmica e eficaz (CUNHA, 1992, p. 77).

No estudo das populações tradicionais foi dado um enfoque especial à comunidade remanescente de quilombolas do Itamoari, a mesma fica localizada no Nordeste do Estado do Pará, mais especificamente na microrregião do Guamá, às margens do rio Gurupi, no município de Cachoeira do Piriá. Segundo o estatuto da organização social da supracitada comunidade em seu artigo 29º havia na comunidade em 01/01/2000, 32 casas, 33 famílias, sendo 16 crianças entre (0 a 3 anos), 40 crianças entre (04 a 14 anos), 13 pessoas entre (15 e 18 anos), 66 pessoas entre (19 e 54 anos) e 11 pessoas entre (55 e 69 anos), perfazendo um total de 146 habitantes, em uma trajetória de 155 anos de fundação. Encontram – se na referida comunidade 63 famílias atualmente, distribuídos em uma área de 5.377, 602 hectares, sendo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o seu órgão expedidor.

OBJETIVOS

Analisar em linhas gerais como se estabelecem as vivências na comunidade quilombola do Itamoari em sua vertente de práticas de sustentabilidade, assim como suas relações com o meio ambiente mediante os relatos de experiência dos moradores e da revisão bibliográfica do tema em pauta. Com tal aquisição de conhecimento busca-se ter um apanhado geral que subsidie discussões qualitativas para ajudar na compreensão da realidade social da comunidade.

METODOLOGIA

O trabalho teve início primariamente mediante revisão bibliográfica sobre o tema de populações tradicionais, bem como suas vivências em seus respectivos territórios. Segundo o estudioso Macêdo (2009), tal procedimento de revisão

bibliográfica se baseia em um sistemático levantamento de conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, se desdobrando como um conjunto de elementos que permitem a identificação do todo ou em partes, dos documentos escritos e não escritos, tendo como sua principal fonte a literatura já publicada (MACÊDO, 2009; MARCONI e LAKATOS, 2010).

Após a fase de revisão bibliográfica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas contendo perguntas que competem ao cotidiano na comunidade, suas relações estabelecidas com o meio ambiente, organização social, gênese de formação do quilombo, cultura e identidade. Tais entrevistas foram feitas nos meses de maio e junho de 2018, com nove moradores da comunidade do Itamoari. Todas as entrevistas foram gravadas e tiveram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O objetivo primordial foi analisar em linhas gerais como se estabelecem as vivências na comunidade do Itamoari, assim com o seu ambiente que o cerca mediante os relatos de experiência dos moradores e da revisão bibliográfica do tema em pauta. Com tal aquisição de conhecimento busca – se ter um apanhado geral que subsidie discussões qualitativas para ajudar na compreensão da realidade social da comunidade.

RESULTADOS

O estudo foi realizado na comunidade do Itamoari, em destaque na figura seguinte, situada no município de Cachoeira do Piriá (Figura 1) que conta com uma população de 2.648 habitantes, fica a 55 km a Norte – Leste de Capitão Poço a maior cidade nos arredores, nordeste do estado do Pará, estando às margens do rio Gurupi (IBGE, 2017).

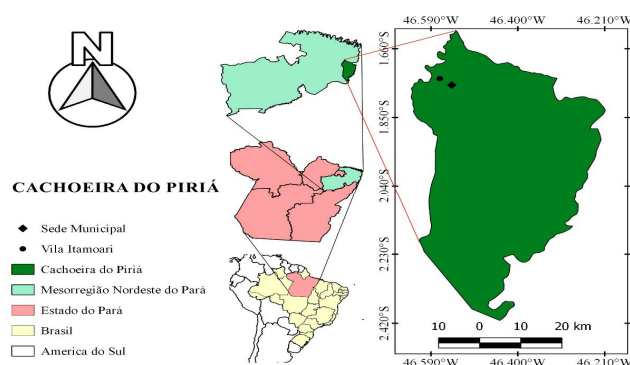


Figura 1: Comunidade quilombola de Itamoari. Fonte: Autor do trabalho.

Em uma perspectiva histórica, a supracitada comunidade quilombola, é constituída de descendentes de negros que resistiram ao processo de escravidão do garimpo Montes-Ários, localizado no Estado do Maranhão. Segundo relatos obtidos pelo morador da comunidade o senhor Manoel Caldas do Carmo, em 1994, a partir de entrevista concedida pela senhora Ozebia do Carmo Oliveira (neta dos fundadores da comunidade, na época com 97 anos), o estopim para esta fuga teria sido a morte do senhor Ortencio Oliveira, irmão do senhor Francisco Oliveira (que 10 anos depois se tornaria o fundador da comunidade quilombola de Itamoari), que após se recusar a ir trabalhar por estar com febre, o seu “senhor” mandou jogá-lo dentro de um grande buraco que continha inúmeros cacos de vidros, próprios para matar escravos que não lhe obedecessem como queria e/ou gostaria. Assim, houve a fuga de pouco mais de 80 pessoas em 1745, incluindo mulheres, dentre elas Maria do Carmo (que acabou por se tornar uma das fundadoras da comunidade ao se casar com o Francisco de Oliveira posteriormente).

No decorrer da fuga atravessaram o Rio Gurupi no porto chamado Chatão, passando desta forma para o lado do Estado do Pará, em um porto da comunidade chamada Jibóia, onde permaneceram por um tempo. Posteriormente tentaram

estabelecer morada no igarapé dos pretos (que é um afluente do Rio da Moça), tentando sobreviver da prática de garimpar, porém, a troca do ouro era muito difícil.

No entanto, por ainda pairar o medo de serem recapturados, saíram à procura de outro local e acabaram encontrando uma área de terra firme e bonita, próximo de onde, posteriormente, seria a comunidade do Itamoari. A esse novo local deram o nome de Escuta (porque era um local estratégico, onde era possível escutar quase tudo que passava no entorno e isso ajudaria em caso de algum adversário aproximar-se). Permaneceram por cerca de 10 anos nesse local, e tinham como uma das formas de subsistência a prática de fazer roças.

Com o passar do tempo alguns moradores da localidade da Escuta resolveram voltar para a comunidade do Jibóia, como foi o caso de Domingos Sota, filho de Leandro Sota (um dos que participou da fuga do garimpo de Montes- Arios) e mais seis pessoas. Já na supracitada comunidade o senhor Domingos Sota fugiu com uma índia da tribo Tembê, chamada de Rosa Lima, desse casamento descendeu quatro filhos: Maria Lima Sota, Petronila Lima Sota, Domingos Lima Sota e Augusto Lima Sota. Porém, essa união não agradou os índios da etnia Tembê da região, estes assassinaram a flechadas o Domingos Sota. Após esse incidente Rosa Lima deu em forma de adoção três filhos seus (Petronila, Domingos e Augusto) para Francisco Oliveira e Maria do Carmo, enquanto que a quarta filha (Maria) foi levada para a aldeia Jararaca na região do alto Gurupi.

Em contrapartida, a família resultante da união entre o senhor Francisco de Oliveira (descendente de pais negros da África e sendo natural de Gino, município de Pinheiro no Maranhão) e dona Maria do Carmo, permaneceram quase todas no Itamoari, tornando-se uma comunidade “fechada”. Dessa forma o casal deu início à fundação da referida comunidade em 1845. Dessa união foram gerados três filhos: Amancio do Carmo de Oliveira, Gaspalina do Carmo Oliveira e Dionízio do Carmo Oliveira, dando assim continuidade ao povoamento da comunidade que se prolonga até os dias atuais. Vale ressaltar que ao se concretizar a união entre Dionízio do Carmo Oliveira e Petronila Lima Sota (filha de Rosa Lima, índia Tembê), houve a miscigenação entre a etnia indígena e os descendentes de quilombolas da referida comunidade, fazendo com que esse local tornasse um composto de duas etnias.

Nessa vertente a sua localização estratégica, as margens do rio Gurupi, permite a utilização do rio como uma fonte de lazer e de subsistência – principalmente na pesca artesanal e produção de mandioca. Observa – se que o terreno tem inúmeras plantas como coqueiros (*Cocos nucifera*), açaí (*Euterpe oleraceae*), mangueiras (*Mangifera indica*), bacabeira (*Enocarpus bacaba*), andiroba (*Carapa guianensis*), cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), etc. (Figura 2). A comunidade possui uma economia de subsistência com base principalmente na pesca artesanal, no extrativismo e fabricação da farinha de mandioca. Estando dessa forma, em território propício para a sobrevivência e manutenção da comunidade, bem como de toda a sua cultura. Segundo o estudioso Anjos (2001, p.142), é notório observar em várias comunidades quilombolas ao longo do Brasil:

[...] forma da distribuição, que ocorre de maneira esparsa no território, sem um arruamento geométrico definido, como se verifica em outras localidades do país. Outro aspecto espacial relevante é o sítio geográfico dos antigos quilombos geralmente estratégico, ocupando regiões de topografia acidentada (chapadas e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistema de vigilância nas áreas mais altas.

Quanto à sua organização social a comunidade do Itamoari sempre foi coordenada por um líder, sendo que desde sua fundação já foram quatros: 1º Francisco Oliveira, 2º Amancio do Carmo Oliveira, 3º Dionízio do Carmo Oliveira, 4º Marcos Evangelista do Carmo e o 5º Antonio Maria Soeiro do Carmo (é o atual líder), os mesmos, uma vez eleitos, ganham o direito a gerencia vitalícia. Os líderes reúnem-se com os membros da associação de moradores (cuja gerência é trocada de quatro em quatro anos, mediante votação da comunidade) e o restante dos habitantes para debater questões relativas à demandas que por ventura esteja em necessidade dos seus habitantes.

Além de analisarem algumas situações problemáticas que venham a ser colocada em pauta (retirada de madeira sem permissão, caça indevida, demarcação de local para plantio, etc.). Essa colocação vai de encontro ao que a secretária da associação da comunidade e graduanda do curso de Pedagogia, ano 2018 da Universidade Federal do Pará, *Campus Bragança Auriete de Gois Batista* relatou em entrevista concedida:

Logo que foi colocado em pauta o assentamento e a questão da terra, fizeram uma associação, no caso ela vem a muito tempo. Se não me engano já é a terceira formação de associação. Basicamente a associação é criada pela votação – é claro- das pessoas da comunidade e tem também o estatuto, que foi criado umas leis, que foi estabelecido para serem cumpridas pelas pessoas da comunidade e passadas aos outros que estão chegando, é uma coisa meio complicada, porque uma comunidade tradicional ela vem trazendo, ela tem que vim, como se pode dizer, vir resgatando. E os mais novatos que estão chegando é mais complicado a gente repassar tudo isso. Entendeu? É muito mais complicado, mais a gente tenta como os mais velhos vêm tentando, como os que já morreram.

Há dessa forma um trabalho conjunto em prol de adquirir o máximo de benefícios para os seus componentes e manutenção do bom convívio e bem-estar entre si, principalmente em relação a direitos básicos que são garantidos na Constituição Brasileira de 1988 como, por exemplo, a educação, que ainda não é uma realidade estruturada nessa comunidade quilombola, o que têm causado efeitos diretos na vida dos moradores que acabam tendo que migrar para outras regiões adjacentes – o que se tornou uma prática comum-para poder proporcionar aos filhos a oportunidade de estudar, embora o desejo seja de continuar, como deixa evidente o relato da moradora da comunidade e graduanda do curso de Matemática, ano 2015 da UFPA, *Campus Bragança*:

Porque na verdade a nossa comunidade é uma comunidade muito carente. É rica em termos de vegetação, de vidas na floresta, mais em outras questões, questão de educação, de saúde. É uma comunidade muito precária devido à distância entre a comunidade e a sede do município. A cidade de Cachoeira do Piriá é muito longe, então isso dificulta muito a acessibilidade a um estudo melhor, a saúde. Tanto que o povo é mais fácil recorrer a uma cidade mais próxima, que pertence ao Maranhão, chamado Centro Novo, que o próprio município de pertencimento, que é Cachoeira do Piriá, devido à distância. Essa questão é o fato das famílias não ficarem permanente dentro da comunidade, desde o início. Minha família mesmo saiu da comunidade para morar em Boa vista do Gurupi, por esse problema, não têm estudo pros filhos, então todo pai quer o melhor para os filhos. Isso acontece em muitas outras famílias. Só agora depois dos filhos estarem todos grandes, voltaram a morar na comunidade.



Figura 2: Comunidade quilombola de Itamoari, no município de Cachoeira do Piriá-PA. Fonte: autor do trabalho.

É importante ressaltar que só é aceito a moradia de pessoas que sejam descendentes de algum morador ou que venha por ventura selar matrimônio com alguém que já é residente, em conformidade ao que relata a vice-presidente da associação de moradores da comunidade Maria Petronília Soeira do Carmo Santos: “E outras famílias não mora só se casar com

alguém de dentro”. Demonstrando a preocupação em preservar o que é inerente as raízes quilombolas com todas as suas tradições que já vem sendo repassadas de geração a geração.

Ao colocarmos em voga a temática da questão quilombola, em específico a comunidade remanescente do Itamoari, se verificou de imediato sua íntima relação com a questão do território e a identidade na construção do seu ambiente propriamente dito, que se faz mediante o produto das ações coletivas recíprocas dos sujeitos sociais. Segundo MALCHER (2006, p.67), a territorialização também se faz como parte da construção de movimento no tempo e no espaço, uma vez que é nesse espaço que há as relações entre os ditos sujeitos e a natureza, o qual é registrado pela memória individual e coletiva, e conseqüentemente sendo fruto e condição de valores e conhecimentos. Fica bem evidente essa realidade na fala da moradora Hosana do Carmo Sousa: “Não há local para substituir a nossa comunidade, até agora não. A questão do território é muito forte, bastante ainda mais a gente que viveu tantas coisas na comunidade. Diminuem as preocupações a gente fica mais à vontade, não têm comparação”.

Assim segundo FREDRIK BARTH (1998), a identidade étnica de uma determinada população abrange uma gama indispensável de princípios, para que haja a separação e a atração entre elas, e são justamente esses princípios - compartilhados e conhecidos entre a maioria dos componentes desse grupo – que possibilita que tais indivíduos possam construir a noção de igualdade e pertencentes ao mesmo grupo e aliados em momentos adversos o que em última análise os torna portadores de um discurso em comum a respeito de temáticas inerentes. Nessa vertente os seus maiores desafios estão intimamente relacionados à prática de atos de preconceito que insistem em ser difundidos por uma parcela da sociedade que desconhece a grandiosidade da contribuição desse grupo na construção da sociedade global e com enfoque particular na realidade brasileira. As atitudes preconceituosas acabam por gerar uma série de julgamentos e pensamentos que vão a uma vertente de contramão com o que anseia a luta dos afrodescendentes, o que é demonstrado na fala transcrita a seguir:

Olha na minha turma, assim na turma que eu estou, têm uma garota que sempre falava assim, às vezes ela queria medir as médias dela com a minha. Entendeu? Falando: “égua essa preta é inteligente, tira média melhor do que eu”. Como se o fato de eu ser negra e de ter vindo de uma comunidade quilombola eu tinha que saber menos que ela que estudou uma vida inteira em uma cidade grande. Ela ficava medindo, eu dizia: sim porque você gosta de ficar medindo as minhas médias contigo? Não têm nada a ver (moradora Hosana do Carmo Sousa).

Desprende – se assim, a importância das lutas para obter – se a titulação das suas terras e valorizar sua identidade por consequência a população que o constitui com todos os seus direitos que lhe são inerentes. Essa é uma preocupação que se tornou visível a partir da década de 80, o fruto dessa luta fez com que o Estado do Pará fosse palco da primeira titulação de uma terra quilombola, que foi concedida ao quilombo de Boa Vista – Oriximiná. Dados contidos na Fundação Palmares (2002) demonstram que há no Brasil de Norte a Sul 743 comunidades quilombolas, perfazendo uma área de 3 milhões de hectares. No caso da comunidade do Itamoari, foi concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo recebido tal título em 07/09/1988 em Brasília pela senhora Maria Orlanda Soeira do Carmo e o senhor Marcos Evangelista do Carmo (na época o líder), sendo uma grande vitória para os seus moradores e o início de um novo período dentro do contexto de sua resistência e luta pelo reconhecimento legal de seu território.

A chamada comunidade tradicional tem preservado de maneira constante ao decorrer da história o ambiente em que está inserido, reafirmando sua luta e desejo de continuar uma cultura de harmonia entre si e com o meio que o cercado, gerando dessa maneira um ambiente equilibrado onde tanto a natureza como os moradores são de alguma forma beneficiados. Conforme relata o Agente Comunitário de Saúde da comunidade Antônio Valderi do Carmo Santos:

É mata fechada, é mesmo só as moradias e ao redor só mata nativa. Porque é uma área de preservação lá, é uma comunidade privada, a gente preserva lá, não é assim igual outras comunidades que entra só para destruir. Lá é preservado, a gente não roça na mata, só faz em

capoeira. É toda demarcada, é uma área quilombola. Lá eles não desmantam, eles respeitam, os que moram ao redor da terra, lá da área da gente já sabem tudinho, porque eles são antigos. Entendeu? Então quando eles veem alguém eles já avisam, porque já sabem como é a regra. Aí assim, vai passando de um para o outro, assim já sabem aqui é área do Itamoari, não pode invadir, então todo mundo sabe. Ela é toda demarcada.

Para isso, agem como defensores fundamentais tanto na conservação como manutenção em uma conjuntura de vivências diárias, que se tornou uma preocupação não natural e sim cultural, que é aprendida, apreendidas e apropriadas, assim impregnadas do valor de ser vivido e do seu valor de uso (HAESBAERT, 2000). Os moradores da comunidade de Itamoari praticam a agricultura, a pesca de espécies de peixes como o piaú (*Leporinus obtusidens*), surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) etc., além do extrativismo como forma de subsistência, respectivamente, como na figura abaixo (Figura 3a, b e c).



Figura 3: Atividades de subsistência no quilombo do Itamoari – PA. Fonte: Acervo. photoshelter.com.

Em sua gênese de formação houve o contato com as comunidades indígenas da etnia Tembê em uma localidade próxima a Itamoari chamada Jibóia. Dentre esses índios que foram criados em Itamoari alguns voltaram para suas tribos enquanto outros permaneceram e constituíram família, dentre ela a Maria Petrolina Soeira do Carmo, conhecida como dona Piduca (Filha de Rosa Lima, índia Tembê), que hoje em dia é uma matriarca, tendo grande importância, pois a mesma era parteira e pajé muito conhecida na região e posteriormente constituiu casamento com o Dionísio do Carmo, os quais constituíram a família que hoje prevalece na comunidade. Houve assim, a miscigenação entre a etnia indígena Tembê e os descendentes de quilombolas da referida comunidade, fazendo com que esse local se tornasse uma junção das duas etnias de suma importância no cenário amazônico, o que gera um contexto diverso culturalmente e socialmente.

Nessa conjuntura, compreender a produção do espaço destes territórios étnicos e as suas estratégias de permanência ao longo do tempo, se destaca como necessário considerar a nomeação oficial de um determinado seguimento social como comunidade quilombola a partir dos artigos 68, 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que procurou assegurar os direitos de remanescente aos afrodescendentes além de definir como responsabilidade do Estado a emissão dos direitos fundiários dessas populações, instituídos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADC, em seu artigo 68 que diz: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido à propriedade definitiva, devendo o Estado, permitir-lhes os respectivos títulos e garantir também os direitos culturais, sendo de responsabilidade do citado Estado a conseguinte proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afrodescendentes”.

Portanto, através da promulgação do artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988, a autodeterminação das comunidades negras rurais remanescentes quilombolas se dá em razão dos costumes, tradições, condições sociais, culturais e econômicas específicas que as distinguem de outros setores da coletividade nacional. Corroborando com tal premissa Cunha (1992, p. 77) defende que essa simbiose existencial entre as comunidades tradicionais e a natureza como uma espécie de maneira de reafirmar que são partes “sobreviventes” de um todo que luta pura e simplesmente por ter seus direitos respeitados de uma maneira passiva e respeitosa, afinal direitos existem para serem exercidos com a máxima

autonomia possível dentro dos moldes de dignidade da pessoa humana, sendo ela pertencente a qualquer classe social e/ou etnia (ARRUDA, 1999, p.274; CUNHA, 1989, p. 3; IBAMA, 2008).

Uma vez inseridos no seu território, sua cultura pode aflorar de forma dinâmica, dentre esses a sua religiosidade que pode ser demonstrando em suas inúmeras abordagens, uma vez que há um sincretismo religioso muito arraigado, além de revelar sua crença em um ser que possivelmente cuida dos componentes dessa comunidade e do contexto em que está inserido; seguindo essa vertente a entrevistada Maria Madalena dos Santos do Carmo afirma sobre tal temática:

Eles são católicos – a maioria. A religião predominante é o catolicismo, só que aí tem o sincretismo porque a religião católica ela é muito próxima da umbanda, porque lá eles praticam umbanda. Então o que acontece, quando tem um festejo de um determinado santo, por exemplo, São Benedito (que é o padroeiro da comunidade). Tem o festejo é nove noites, aí na última noite tem a pajelança, aí os santos católicos vão todos para o salão de macumba, não essa divisão, o lado preconceituoso. É muito rico a cultura de lá por isso, tem muito essa aproximação.

A “pajelança” ocorre no intuito de proteger a referida festa de São Benedito e a comunidade de perigos, acidentes e males que possam acometer a comunidade. Essa crença é muito forte, pois eles acreditam no fator simbólico inserido – ideia de mãe d’água que é dona da água e a curupira que por sua vez é dona da mata. Então há um respeito muito grande, sendo, por conseguinte uma tradição, que é repassada de geração a geração. Ainda se preserva bastante também a semana santa, que é de cunho principalmente católico, as bênçãos são de joelhos, há a visita na casa de parentes já que quase todos são parentes, é uma festa muito grande. Outra festa que se faz na comunidade quilombola do Itamoari, é no dia 2 de novembro de cada ano, que é a prática de limpar os cemitérios, geralmente bem animados. Não há conflitos entre os adeptos de cada tipo de crença (seja a umbanda, catolicismo, evangélicos, etc.).

Há, além disso, o chamado “tiramento de joias”, dentro da crença do catolicismo durante a tradicional festa de São Benedito, onde se faz a prática de passar de casa em casa para pegar a arrecadação de alimento ou dinheiro para o festejo. Essa realidade é esplanada pela senhora Maria Orlanda Soeiro do Carmo (parteira da comunidade e esposa do ex-líder o senhor Marcos Evangelista do Carmo, que faleceu ano passado) em entrevista concedida:

Quando eu casei com o meu marido já tinha o meu sogro e minha que moravam lá, eu me casei e fui morar lá com eles. Eles tinham muito a tradições das festas de São Benedito, todos os anos a gente se reúne para fazer o festejo, é o padroeiro. Era eles que faziam, mais depois morreu o velho e com cinco anos morreu a velha e aí o meu marido tomou de conta para fazer o festejo. Nós tomamos de conta da igreja, aí ficamos fazendo festejo direto, também nunca caiu aí meu marido morreu agora. Agora se reúne a comunidade pra fazer o festejo, né. Aí todo mundo ajuda e nós tira joia, nós vamos tirar joias lá mesmo dentro do lugar com o santo. Nós tirava joia, de primeiro eles tiravam longe assim, agora não, a gente tira mesmo e dentro do lugar, não sai, porque têm muitas comunidades que tem mais é crente, tem outros que fica criticando assim... A gente não sai mais, só na comunidade mais, mais dá muita renda, dá muita coisa. A gente ajuda com dinheiro, aí compra boi, têm o porco que a gente cria, galinha, aí tudo sai na joia. Comida para todo mundo, nos temos uma casa grande de festejo. É dia 25, 26, porque lá eles dançam, se forem atrás de dançar, nem se diz é uns quatro a cinco dias, não querem mais parar de dançar, têm vezes que o músico vai até embora -como já foi-, já deixou aparelho dele lá, outro tomando de conta com uns dias que o aparelho vai.

Em relação à suas danças, uma que é bem difundida é a dança do cajá que é reconhecida como sendo de “criolo” e as não menos importante dança de boiada que ocorre no mês de junho, com os atores como a Catirina e o vaqueiro. É em suma um momento que a comunidade se reúne e cantam músicas que envolvam a realidade da comunidade.

Já quando se trata do fator saúde têm-se bem arraigadas a tradição de fazer uso do trabalho das parteiras, que é uma prática que vem sendo repassado de geração a geração mediante a lida diária e prática, pois as mulheres geralmente tinham um

número significativo de filhos (10, 12, 15, com caso de até 25), assim essa prática era bastante importante para terem um parto adequado, como demonstra o relato da parteira da comunidade demonstrado abaixo:

Só eu que era parteira, mais não quero mais porque já vivo doente. Mais aqui, acolá, me pegam a surpresa eu vou lá, aí ainda faço parto, até dentro de hospital já fiz parto de mulher, porque a médica não tava lá e a enfermeira, era uma sobrinha do meu marido, e aí na hora que nós levamos ela pra lá, chegemo lá a mulher não tava, e ela já agoniada, então chegou o menino e eu peguei. A minha cunhada também, a Maria do Carmo Oliveira, sempre aqui acolá, ela também pegava. A verdadeira mesmo de pegar os filhos era minha sogra, essa que era mãe do meu marido, aí ela morreu, mais todo o parto ela me levava. Aí, ficou eu, aí eu dizia para minha comadre Maria do Carmo, vamos lá para a senhora me ajudar, uma hora eu não tô né. Agora está mais ruim os partos das mulheres, acredita? Porque eu tive 12, todos na minha casa, o último, derradeiro quem pegou fui eu. Eu que peguei porque a parteira custou chegar, quando chegou eu já tinha pegado (Parteira Maria Orlanda Soeiro do Carmo).

Apesar do trabalho das parteiras está diminuído ao longo do tempo devido a implantação de unidades de saúde nas comunidades próximas e na sede de cachoeira do Piria, verifica-se que ainda há a sobrevivência dessa prática tanto por questão cultural como pela falta de um posto na própria comunidade, que na realidade atual só conta com a assistência de um Agente Comunitário de Saúde para atender todos os habitantes da comunidade, que caso é o morador da comunidade (ACS) o senhor Antônio Valderi do Carmo Santos (graduando no curso de Matemática, ano 2015 da UFPA, *Campus Bragança*, que é casado com a Maria Petronília Soeira do Carmo Santos), que se divide entre o estudo em Bragança-PA e seu trabalho como ACS em Itamoari, indo de 15 em 15 dias realizar as funções inerentes a sua profissão junto aos habitantes (Figura).



Figura 4: Agente comunitário de Itamoari- PA, Fonte: Antonio Valderi do Carmo Santos.

CONCLUSÕES

Realizou-se um apanhado histórico-social das vivências estabelecidas na comunidade quilombola do Itamoari – PA com o intuito de à priori entender o seu processo de luta e/ou resistência pela preservação de sua cultura em um contexto amazônico, analisou-se de forma sucinta o quão relevante é a perpetuação através das gerações de uma cultura quilombola pautada na resistência e manutenção de direitos que em síntese deveriam ser básicos, além de fomentar uma importante reflexão acerca das vivências das populações tradicionais, com enfoque específico na tradição quilombola, uma vez que são constituídas por indivíduos que foram e são essenciais na construção da identidade brasileira.

O estudo realizado no quilombo de Itamoari reafirmou que tais comunidades desenvolvem práticas de subsistência que retratam uma relação de cuidado e equilíbrio com o meio ambiente de uma maneira que a noção de terra ultrapassa o sentido puramente de provedora de recursos e passa a ter o sentido de territorialidade, onde cada membro é um só com a natureza, pois é nesse local que está toda a cultura, costumes e crenças das gerações passadas e presente. Daí a importância da sua vasta luta em busca do reconhecimento do seu território como sendo seus de fato.

Outro elemento a ser destacado é sua forte resistência a um sistema que não os reconhece como construtores de uma sociedade melhor e com equidade. De fato a sociedade como um todo não seria metade do que é se tais pessoas não tivessem doado suas vidas nos mais diferentes setores. Assim, procura – se nessa comunidade preservar sua religiosidade, sua mistura étnica com os indígenas, sua cultura e principalmente, sua maestrosa maneira de conviver em coletividade em prol dos seus direitos básicos.

Em suma, desprende – se desse trabalho, que as comunidades tradicionais como o todo e, em particular a quilombola podem e devem ser aliadas tanto do meio ambiente como em forma de uma cultura vasta que ainda é pouco difundida e conhecida em sua essência. Tal arcabouço de conhecimento geraria uma prática constante de respeito mútuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANJOS, R. S. A. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. *Terra Livre*, v. 17, p. 139-154, 2001.
2. ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção. *Ambiente & Sociedade*, v. 2, n.5, p. 79-93, 1999.
3. ALONSO S. Fazendo a Unidade uma perspectiva comparativa na construção de Itamoari e Jamari como quilombos, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2004.
4. ACERVO: populações tradicionais. Disponível: <http://cervo.photoshelter.com>. acesso em 12 de junho de 2018 às 13h47min.
5. BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma nação. *In: Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Anna Blume, 2006.
6. BRASIL. Decreto N.º6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de Fevereiro de 2007.
7. BRASIL. [Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil [texto (tipo reduzido)]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais n.ºs 1/1992 a 90/2015, pelo Decreto legislativo n.º186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão n.ºs 1 a 6/1994. – 48. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 112 p. – (Série textos básicos; n. 121).
8. CUNHA, L. H. de O. Comunidades litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivências e conflitos; o caso de Guará-queçaba (Paraná). Estudo de caso n2. PPCAUB/Pró-Reitoria de Pesquisa da USP/F. FORD/IUCN, São Paulo, 1989.
9. CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a Conservação da Diversidade Biológica. *Revista de Estudos Avançados*, n. 13, p. 147-163, 1999.
10. IBAMA. Populações Tradicionais. Disponível: <http://www.ibama.gov.br/resex/resex/pop.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2018.
11. MALCHER, M. A. F. (2006). A geografia da territorialidade Quilombola na Microrregião de Tomé- Açú: o caso da ARQUINEC – Associação das comunidades Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará. Belém. CEFET. (Trabalho de Conclusão de Curso), 2006.

12. MALCHER, M. A. F. Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará / Maria Albenize Farias Malcher; orientador, João Santos Nahum. - 2011.

13. HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

14. MALCHER, M. A. F. A geografia da territorialidade Quilombola na Microrregião de Tomé- Açú: o caso da ARQUINEC – Associação das comunidades Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará. Belém. CEFET. (Trabalho de Conclusão de Curso), 2006.

15. MALCHER, M. A. F. Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará / Maria Albenize Farias Malcher; orientador, João Santos Nahum. - 2011.